

Consignado com FGTS traz perdas para o trabalhador



» RENATO CORREIA
Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Na semana em que perdeu o emprego, Joaquim ficou ainda mais preocupado quando não conseguiu sacar o saldo de sua conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Depois de tantos anos com a carteira assinada e trabalhando duro, estava desamparado. Mariana, mãe de dois filhos pequenos e vivendo na casa de parentes, viu o sonho da casa própria mais distante por não ter os recursos necessários para dar entrada em um apartamento: seu saldo no Fundo não estava disponível.

Os nomes são fictícios, mas os casos são reais e tratam a situação de milhares de brasileiros que aderiram à antecipação do saque aniversário do FGTS por meio de operações de empréstimo consignado, modalidade que cresce vertiginosamente no país como mecanismo para estimular o consumo e oferecer crédito para o cidadão. Desde sua implantação, em abril de 2020, 36,8 milhões de trabalhadores usaram o saque aniversário e sua antecipação, movimentando R\$ 141,9 bilhões até dezembro de 2024.

Chama atenção o fato de mais da metade desses recursos ter sido injetada no sistema financeiro: R\$ 76,8 bilhões foram pagos aos bancos. Um trabalhador que decida antecipar e sacar R\$ 10 mil do seu saldo,

o equivalente a cinco anos, a uma taxa de 1,79%, recebe, em média, R\$ 5,3 mil e entrega ao banco cerca de R\$ 4,6 mil em taxa de juros. Em outra estimativa, um trabalhador que saque R\$ 100 mil, uma antecipação de 11 anos, também a uma taxa de 1,79%, recebe cerca de R\$ 26,6 mil e deixa com o banco cerca de R\$ 73,3 mil. É bom lembrar que o saldo depositado no FGTS é atualizado pelo IPCA, indicador oficial da inflação no país, repondo eventuais perdas.

Hoje, o saque aniversário é a segunda principal modalidade de uso do FGTS e representa 29% do total de recursos movimentados pelo Fundo. Mas nessa operação quem perde é o trabalhador: dados oficiais mostram que, desde 2020, mais de R\$ 70 bilhões não puderam ser sacados por trabalhadores dispensados sem justa causa que aderiram à antecipação do saque aniversário. Quem opta por essa modalidade e é demitido retira apenas o valor da multa rescisória de 40% sobre o saldo da conta do FGTS. Hoje, cerca de 35 milhões de pessoas estão impedidas de acessar o valor total de suas contas.

Em outro campo, a antecipação do saque aniversário já compromete o investimento em habitação e infraestrutura, segmentos em que o Brasil carrega demanda reprimida e resiliente. No caso da moradia, por exemplo, temos um déficit habitacional de 7 milhões de unidades, especialmente para a população de baixa renda. Mecanismo que facilita o acesso à casa própria para esse público, o FGTS é essencial não apenas para financiar a produção, como também para o pagamento da entrada, no momento da aquisição. Sem seus recursos, o comprador é obrigado a adiar o sonho da casa própria.

Ao longo desses anos, aplicados em habitação, os

recursos atrelados ao saque aniversário e sua antecipação teriam construído 2 milhões de novas moradias e gerado cerca de 6 milhões de empregos novos com carteira assinada. Emprego e renda aquecem a economia de forma sustentada, o emprego formal realimenta o próprio FGTS, garantindo segurança para o trabalhador em momentos como o desemprego. A habitação tira da precariedade e da insegurança milhões de brasileiros que precisam de moradia digna.

Na infraestrutura, ainda que tenha havido avanços, o Brasil precisaria ampliar em R\$ 200 bilhões anuais a destinação de recursos para estabelecer competitividade à economia e democratizar serviços essenciais a uma parcela significativa da população, como o saneamento.

O Brasil abre 2025 encarando desafios novos na economia, em que o aumento das taxas de juros deve tomar o crédito mais escasso e caro, impactando diretamente a tomada de decisão por novos investimentos. Contar com fontes de financiamento confiáveis é essencial para a atividade do setor da construção, cujo ciclo de produção é longo e requer previsibilidade.

É tempo de refletir sobre o uso do FGTS e resgatar seu papel estratégico, sua missão de fomentar o desenvolvimento: injetado no consumo e gerando endividamento, esse dinheiro não produz patrimônio, crescimento nem segurança. O saque aniversário e sua antecipação prejudicam exatamente a quem o Fundo deve proteger e adiam ações que podem mudar o futuro do país: o FGTS traz qualidade de vida para o cidadão e desenvolvimento para o Brasil. É preciso preservá-lo.



Gusttavo Lima, meteoro da ilusão



» JOSÉ NATAL
Jornalista

É bom não confundir: a música *Meteoro da Paixão*, sucesso nacional e mundo afora, é de Luan Santana. A música que muitos já estão sugerindo a Gustavo Lima pode ser “meteoro da ilusão” — insinuação maldosamente elaborada, zombando da anunciada candidatura dele à Presidência da República. Há controvérsias quanto a essa previsão meio irônica, meio que de brincadeira, e outras colocações nada sérias.

Depois que Bolsonaro, com uma espingarda na mão e uma lista infinita de palavrões e ameaças, foi eleito uma vez e quase ganhou de novo à Presidência da República, é bom que o eleitor de bom senso ponha as barbas de molho. Quem se lembrou de colocar Pablo Marçal na mesma linha de raciocínio, bingo pela coerência.

Nascido Nivaldo Batista, na cidade mineira de Presidente Olegário, em 3 de setembro de 1989, o hoje Gustavo Lima pensou em se lançar ao cargo de presidente dois anos atrás. Mas pelo fato de ter na época 33 anos, deve ter sido aconselhado por algum marqueteiro a esperar um pouco mais. Evitar uma relação com a idade de Cristo. A mídia e os mais afiados não deixariam de apostar que a esperança de um milagre e uma ajuda divina daria uma força maior. As pessoas, às vezes, brincam com coisas assim. Gostem ou não do sertanejo, difícil acreditar que alguém tenha mais de oito anos de idade não saiba quem é Gustavo Lima. Alguns para amar, outros para ironizar e muitos para serem indiferentes.

Quando em 1977, em entrevista à *Folha de São Paulo*, o Rei Pelé disse que “o brasileiro não sabe votar” — em pleno regime militar —, o mundo desabou sobre a cabeça dele. Mas essa é outra história, o legado de Pelé cobre qualquer proposta.

É bom que se diga que Gustavo Lima tem todo o direito de se candidatar ao que quiser, e misturar sua ousadia com o seu talento musical é levar o debate para outro patamar. Caso essa “ameaça” se consolide, o estrago não será apenas o registro de uma derrota da inteligência do povo brasileiro, mas uma evidente desconstrução de fé em tudo que se fez até hoje na busca por uma imagem positiva para o país junto a organismos internacionais. O nome disso é retrocesso.

A culpa para que apareçam candidaturas aventureiras, como essa do cantor, muitas vezes tem tudo a ver com a passividade e a insistência da nossa sociedade em se manter distante das questões políticas e de suas consequências. Ou seja, ao menor gesto do primeiro salvador da pátria que apareça, surgem filas de apoio ao seu redor, algumas com argumentos financeiros sedutores. Robustas sinalizações de incentivo e colaboração e, quase sempre, já de olho no que esse gesto possa representar no chamado retorno, revestido de algumas cifras. Gustavo Lima, que é inteligente, jovem, bilionário e com vasto conhecimento de como se comportam parcelas da comunidade do interior do país, pode ter nesse cenário o palco ideal para colocar em prática suas teorias populistas.

Parece haver uma esterilidade absoluta no meio político, escancarando ao país a dificuldade de se gerar quadros com reconhecida idoneidade, candidatos que inspirem o mínimo de credibilidade. A safra não é boa, há uma evidente carência de nomes para disputar a série A da eleição. É nesse detalhe que nascem candidaturas assim, içando ao debate político pessoas que

sabidamente têm talento para determinadas funções, mas levam a sério devaneios que a mente conduz sem pedir licença.

É claro e evidente que, ao pensar em se lançar candidato, a última coisa que se passa na cabeça do ídolo das multidões é como de que forma governar o país e dar a ele realizações que seu povo sairia beneficiado. Sem bagagem política, sem experiência administrativa, sem nenhuma referência que o credencie a formar uma equipe de governo com razoável credibilidade, seria cômico se não fosse trágico admitir tudo isso com alguma seriedade. Ele mesmo assina esse documento, já falando em churrascos semanais e declarando amor eterno a políticos cuja folha corrida está nos arquivos da Polícia Federal.

Tudo isso é muito lamentável e, ao que parece, ninguém se preocupa muito com o que a nossa história eleitoral deixará de legado para outras gerações. Já tivemos um presidente que se matou, outros que renunciaram ao mandato devido à corrupção, outros caçados pelos mesmos motivos, um outro que foi preso e lá se vão fatos e boatos sobre alguns deles longe de referências cinco estrelas. O último a deixar o poder espalhou a discórdia pelo país, intimidou segmentos sociais, negou a verdade da ciência e continua por aí arrastando correntes, na esperança de consolidar fatos que deixou inacabados.

A nossa história registra até hoje 126 autoridades que ocuparam a cadeira de presidente da República. A maioria eleita pelo povo, outras impostas pelo regime da época ou obedecendo a trâmites políticos burocráticos. É muita história em jogo, muita tradição a ser zelada, muita responsabilidade a ser assumida. Quem se assume candidato para dirigir um país, antes de tudo, deveria fazer uma reflexão sobre o que isso representa. Fugir do espelho e, principalmente, de algumas vizinhanças estranhas, seria um bom começo. Ter ficha limpa na polícia também pode ajudar.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

O lobo interno

Existe um fenômeno arraigado em nossa cultura que deveria nos tornar obrigatoriamente objeto de estudo para, quem sabe, buscar uma terapia coletiva ou mesmo um tratamento mais objetivo e firme antes que essa mania venha a destruir-nos como nação ou país. A questão aqui é ir ao encontro de respostas que possam esclarecer essa propensão nacional em depredar todo e qualquer bem público, seja ele de valor artístico, histórico ou outro qualquer ao alcance das nossas mãos. Nossas cidades são o reflexo dessa mania nilista coletiva.

Essa situação se agrava quanto mais nos afastamos dos centros urbanos, onde o policiamento é mais escasso, quando não inexistente. Com isso, nada escapa da ação quase coordenada da multidão de vândalos. Basta um descuido das autoridades e lá se vão estátuas, bancos de praça, ornamentos, postes de iluminação, jazigos, universidades, tampas de bueiros, chafarizes e todo e qualquer equipamento mobiliário público.

Nessa insanidade coletiva entram ainda ônibus e trens urbanos, metrô, ponto de paradas, rodoviárias, banheiros públicos, placas de orientação. A sequência de bens da coletividade que são picados, quebrados, incendiados, roubados ou que desaparecem no ar é infinita. Há como uma espécie de compulsão por arruinar o que é de todos, transformando nossas cidades em cenários de guerra.

Talvez, essa psicose em massa reflita um pouco as consequências de um país em que aproximadamente 60 mil pessoas são vítimas de violência a cada ano. Sabe-se hoje que morrem mais pessoas assassinadas no Brasil do que na maioria das guerras e conflitos que ocorrem pelo mundo. Desse modo, para um país reconhecido violento, nada mais natural do que um cenário de fundo em que tudo parece ruína.

Num primeiro momento, o que parece claro é que duas medidas de profilaxia se mostram necessárias e urgentes. A primeira é a educação de base, com as escolas incumbidas de ensinar as boas práticas urbanas, ensinando nossas crianças a respeitar e preservar todo e qualquer bem público. Afinal, eles são para o usufruto comum e estão onde estão graças aos recursos oriundos de cada um de nós. É preciso que as escolas se ocupem da tarefa de civilizar ou recivilizar as novas gerações. Talvez, essa seja uma missão mais importante ou prioritária do que ensinar outras disciplinas. Antes até do que aprender a ler, escrever e fazer outras operações de aritmética, é necessário aprender a ser um cidadão. Esse papel humanizador das escolas parece ter se perdido com o tempo em meio a outras exigências enganosamente mais urgentes.

Outra medida profilática necessária é a punição exemplar para os protagonistas dessa psicose em massa. Nesse sentido, somente a rápida intervenção punitiva, obrigando o vândalo a pagar pelos estragos, pintar muros e paredes ou cumprir pena de restrição de liberdade pode resolver parte desse problema que afeta a todos.

É do conhecimento das áreas de psicologia que ambientes degradados fisicamente, sujos, mal iluminados ou sem segurança aumentam também os casos de distúrbios mentais, pois o indivíduo, mesmo inconscientemente, se vê imerso num cenário de pesadelo, em que todo o entorno parece se constituir numa ameaça. Não é por outra razão que a maioria de nossas cidades é vista pelos estrangeiros como feias, deterioradas ou ameaçadoras. Essa percepção negativa tem consequências também para nossa economia, pois afugenta os turistas.

É preciso destacar que essas atitudes irracionais em massa de destruir nossos bens públicos decorrem ainda e com grande frequência dos exemplos de comportamento que vêm de cima, com o comportamento recorrente de nossas autoridades do não respeito e comedido pelos recursos públicos. Lembrem-se de que o vandalismo é sempre uma corrupção do indivíduo ou das massas que enxergam nessas atitudes um meio de vingança contra os poderosos e seus modos de agir no comando do Estado.

Nesse caso, como ensinava o psicólogo Gustave Le Bon (1841-1931), “as massas nunca têm sede de verdade; elas se afastam de evidências que não agradam seus gostos, preferindo deificar o erro, caso esse as seduza.” Mais do que deificar os erros, os brasileiros buscam nessas manifestações de depredação dos bens públicos imitar tudo aquilo que enxergam nos andares de cima. Esse modelo de comportamento nacional demonstra também a urgência, cada vez mais premente, de retirar esse lobo que parece devorar cada indivíduo de dentro para fora, transformando numa espécie sui generis digna de todo o cuidado de uma junta médica e mental.

» A frase que foi pronunciada:

“Um homem que rouba por mim fatalmente roubará de mim.”

Theodore Roosevelt

» História de Brasília

Os três diretores acusados pelo sr. Hélio Fernandes como “traquejados no manejo da maior máquina de corrupção” são os senhores Frank Ballalai May, Vasco Viana de Andrade e Jaime Almeida. O dr. Frank, antes da Novacap, era diretor do Banco do Nordeste. Valeu sempre como um homem de bem. O dr. Vasco substituiu o dr. Moacir Gomes e Sousa e o dr. Bernardo Sayão. Fez um milhão e meio de metros quadrados de asfalto dentro do Distrito Federal, agora as outras obras, e o dr. Jaime Almeida, lidando sempre com a parte financeira, tem mantido a impecabilidade que todos conhecem. (Publicada em 25/4/1962)